

APRESENTAÇÃO

INTRODUCTION

É com grande felicidade que apresentamos o número 8 da *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura – RDAI*, dividido em nove seções.

A primeira destina-se a trabalhos doutrinários referentes à Infraestrutura e traz o estudo do Mestre Thiago Priess Valiati, intitulado “O sistema duplo de regulação no Brasil: a regulação por contrato complementada pela regulação por agência”, em que examina a participação das agências reguladoras nos contratos de infraestrutura.

A segunda seção, destinada à doutrina brasileira do Direito Administrativo, divide-se em cinco subseções. A primeira, referente ao controle da Administração, é composta de dois trabalhos. O primeiro, de autoria de um dos coordenadores, Doutor Ricardo Marcondes Martins, Professor da PUC-SP, intitulado “Aspectos controvertidos da Advocacia Pública”, examina a relação entre a Advocacia Pública litigiosa e o interesse público, bem como a defesa em juízo de agentes públicos. O segundo, de autoria do Doutor Wallace Paiva Martins Junior, Professor da UniSantos, intitulado “Administração Pública, resolução extrajudicial de conflitos e compromisso de ajustamento de conduta”, examina a resolução extrajudicial de conflitos com a Administração Pública, por meio de diversos expedientes, como arbitragem, mediação e compromissos de ajustamento de conduta.

A segunda subseção, destinada ao tema do processo administrativo, traz o trabalho “A Lei 9.784/99 e o procedimento administrativo: 20 anos de um paradigma”, de autoria do Doutor Edilson Pereira Nobre Júnior, Professor da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. O autor apresenta um excelente panorama da Lei federal de processo administrativo após 20 anos de vigência. A terceira subseção, destinada à organização administrativa, traz o estudo “Governança corporativa na Administração Pública”, de autoria do Doutor Edimur Ferreira de Faria, Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMinas) e de Luiza Mascarenhas Damasceno. Os autores examinam a governança corporativa, contrapondo-a aos modelos burocrático e gerencial. A quarta subseção, destinada à ordenação administrativa, apresenta o estudo “Natureza jurídica das medidas cautelares administrativas patrimoniais”, de autoria

do Doutor Flávio Garcia Cabral, Coordenador e Professor da Escola de Direito da Associação do Ministério Público do Mato Grosso do Sul – EDAMP-MS. A quinta subseção, destinada ao tema dos contratos administrativos, apresenta o artigo “A aquisição de bens usados pela Administração Pública”, de autoria do Mestre Aniello dos Reis Parziale, Professor da Universidade Braz Cubas, que examina a possibilidade de a Administração optar por adquirir bens usados.

Na terceira seção, seguindo um padrão estabelecido desde o primeiro número da RDAI, publicam-se trabalhos da doutrina estrangeira. Neste número, a seção é composta de dois artigos. O primeiro, intitulado “Regímen de modificación al contrato de participación público-privada (PPP) en Uruguay”, de autoria do Mestre Adrián A. Gutiérrez e do Doutor Pablo Leiza Zunino, ambos Professores da Universidad de la República Oriental del Uruguay (UDELAR) e da Universidad Católica del Uruguay. O segundo, intitulado “Análisis de las medidas de *compliance* y *self cleaning* en el ámbito de la contratación pública”, de autoria do Doutor Gastón Lapaz. Ambos os trabalhos tratam dos contratos administrativos: o primeiro examina as parcerias público-privadas no direito uruguaio e o segundo, as recentes medidas de *compliance* estabelecidas no direito espanhol.

Na quarta seção, seguindo a proposta da linha editorial de apresentar comentários sobre as mais recentes decisões judiciais que tenham por objeto temas de Infraestrutura e de Direito Administrativo, publicam-se cinco comentários sobre recentes julgados do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. O primeiro, denominado “A problemática envolvendo as questões de mérito administrativo e o Poder Judiciário: uma análise do Recurso Especial 1.438-704/SE”, de autoria do Mestre Alencar Frederico Margraf e do Mestrando Wilson Yoshiro Oyamada, examina o clássico tema da possibilidade de o Poder Judiciário examinar o mérito administrativo. O segundo, intitulado “Expurgos inflacionários: comentários à homologação de acordo no âmbito da ADPF 165 pelo Supremo Tribunal Federal”, de autoria da Doutoranda Carolina Reis Jatobá Coêlho, examina o acordo homologado pelo STF referente aos expurgos inflacionários decorrentes dos planos econômicos implementados nas décadas de 1980 e 1990. O terceiro, denominado “Improbidade administrativa e crimes de responsabilidade: Pet. 3.240 Agr/DF”, de autoria do Mestrando João Victor Tavares Galil, examina a responsabilização de agentes políticos por improbidade administrativa. O quarto, intitulado “Responsabilidade objetiva nos casos de omissão estatal: comentários ao julgamento do RE 598.356/SP”, de autoria do Mestrando Rafael Valle Vernaschi, examina a responsabilidade objetiva em caso de omissão estatal. O quinto, “O dolo específico e as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade de licitação: análise do julgado Inq. 3.962/DF”, de autoria do Doutorando Pedro Flávio Cardoso Lucena e de Levaní de Freitas Neto, examina

a necessidade de dolo específico para tipificação do crime de licitação previsto no art. 89 da Lei 8.666/1993.

Na quinta seção, a *RDAI* publica as transcrições de três conferências. A primeira, de um dos coordenadores, Augusto Neves Dal Pozzo, Professor da PUC-SP, denominada “El derecho y la infraestructura en Brasil”, foi proferida em 6 de setembro de 2018, na cidade de Buenos Aires, nas “Segundas Jornadas sobre Reglas Comunes para Inversiones y PPP en Infraestructura Europa y America Latina”. A segunda e a terceira, respectivamente, dos Professores Doutores Floriano de Azevedo Marques Neto e Carlos Ari Sundfeld, foram proferidas no encerramento do primeiro dia do V Fórum Nacional de Infraestrutura, promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos da Infraestrutura – IBEJI, presidido por um dos coordenadores, o Professor Augusto Neves Dal Pozzo, realizado em 5 de outubro de 2017, em São Paulo, no Plenário do Conselho da OAB/SP.

A sexta seção traz inédita entrevista, especialmente concedida à *RDAI*, pelo Doutor Fábio Konder Comparato; Professor titular aposentado de Filosofia do Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, instituição de que é professor emérito. Reconhecido como um dos maiores juristas do Direito brasileiro, o Professor Comparato é autor de obras consagradas, consideradas de leitura obrigatória no respectivo campo teórico. Ademais, possui uma atuação profissional de importância histórica, tendo patrocinado causas de inestimável relevância para o Direito brasileiro. Na entrevista, o Professor abordou questões referentes à sua farta bibliografia e experiência docente e profissional. Manifestou-se sobre algumas das ações que patrocinou, e sobre a aplicação de suas obras ao Direito Administrativo. Dá-se, mais uma vez, continuidade ao que foi iniciado no número 1: trazer ao público depoimentos de importância histórica! Os Coordenadores registram o profundo agradecimento ao Professor pela concessão da entrevista, que, sem sombra de dúvida, constitui mais uma indelével contribuição para o Direito Público brasileiro.

A sétima e última seção, denominada “Memória do Direito Administrativo”, traz ao público estudos que se tornaram referência na doutrina brasileira. Neste número, republicam-se três trabalhos. Os dois primeiros são de autoria do Professor Fábio Konder Comparato. O primeiro intitula-se “Emenda e revisão na Constituição de 1988”, publicado originariamente no primeiro trimestre de 1990, no n. 93 da *RDP*, revista impressa então vinculada ao Instituto de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e publicada pela Revista dos Tribunais. No estudo, ainda hoje de inestimável valor científico, o autor diferencia a reforma constitucional por emenda da reforma constitucional por revisão. O segundo, de indiscutível importância histórica, intitulado

“Democratização e segurança”, publicado originariamente no segundo semestre de 1984, no n. 71 da RDP, versou, com impressionante erudição, sobre a segurança jurídica na redemocratização do Brasil. Com a republicação desses estudos, a RDAI presta homenagem ao Professor Fábio Konder Comparato por toda sua contribuição ao desenvolvimento científico do Direito brasileiro.

O terceiro trabalho, de autoria do Professor Celso Antônio Bandeira de Mello, denominado “Novos aspectos da função social da propriedade”, foi originariamente publicado no último trimestre de 1987, no n. 84 da RDP. Nele, o aclamado professor paulista forneceu subsídios preciosos para compreensão da função social da propriedade à luz do ordenamento jurídico brasileiro, numa análise que se tornou verdadeiro marco teórico do tema.

A RDAI, acreditam os coordenadores, continua cumprindo plenamente sua *linha editorial*: contribuir para o aprimoramento científico do Direito Administrativo e do Direito da Infraestrutura. Registra-se o agradecimento a Tamires Cristina Bonani Conti e a Victor Silveira Martins pelo trabalho empreendido em prol da publicação deste número; bem como à competente equipe editorial da Revista dos Tribunais e da Thomson Reuters.

AUGUSTO NEVES DAL POZZO

RICARDO MARCONDES MARTINS

Coordenadores



